

# Utopias Estilhaçadas: Aventuras Imperiais, Revoluções e a Crise do Estado-Nação no Oriente Médio do século XXI

Shattered Utopias: Imperial Adventures, Revolutions and the Crisis of the Nation-State in the 21st Century Middle East

**Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto**

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

## RESUMO

O presente texto configura uma transcrição revisada da palestra intitulada “Utopias Estilhaçadas: Aventuras Imperiais, Revoluções e a Crise do Estado-Nação no Oriente Médio do século XXI” proferida pelo Professor Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto (PPGA/UFF), com introdução do Professor Roberto Kant de Lima (PPGA/UFF) e mediação do Dr. Hector Luiz Martins Figueira (PPGA/UVA). A palestra surge a partir da questão da retirada das tropas americanas do Afeganistão, impulsionando o debate sobre o longo ciclo geopolítico que inicia com o fim da Guerra Fria e continua até a atualidade. Combinando as visões antropológica e histórica, a presente transcrição aborda temáticas como o papel do Oriente Médio, sua relação com os Estados Unidos, e sua relação com três utopias identificadas pelo autor, a saber: utopia imperial, utopia democrática e utopia jihadista.

**Palavras-chave:** Oriente Médio, Ciclo geopolítico, Projetos Políticos.

---

Recebido em 17 de fevereiro de 2022.

Aceito em 24 de março de 2022.

---



**ABSTRACT**

**Abstract:** The present text is a revised transcript of the lecture entitled “Shattered Utopias: Imperial Adventures, Revolutions and the Crisis of the Nation-State in the 21st Century Middle East” given by Professor Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto (PPGA/UFF), with introduction by Professor Roberto Kant de Lima (PPGA/UFF) and mediation by Dr. Hector Luiz Martins Figueira (PPGA/UVA). The lecture arises from the issue of the withdrawal of American troops from Afghanistan, propelling the debate about the long geopolitical cycle that begins with the end of the Cold War and continues until the present day. Combining anthropological and historical views, this transcript addresses issues such as the role of the Middle East, its relationship with the United States, and its relationship with the three utopias, namely: imperial utopia, democratic utopia, and jihadist utopia.

**Keywords:** Middle East, Geopolitical Cycle, Political Projects.

**Nota da editora-chefe:** Apresentamos na seção “Trajetórias e Perspectivas” deste primeiro número do volume 54 da Revista Antropolítica a transcrição revisada da palestra intitulada **Utopias Estilhaçadas: Aventuras Imperiais, Revoluções e a Crise do Estado-Nação no Oriente Médio do século XXI**, ministrada pelo professor Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto, no VI Encontro de Pesquisas em Administração de Conflitos do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Veiga de Almeida, no dia 5 de outubro de 2021. A palestra foi introduzida pelo professor Roberto Kant de Lima e na sequência mediada por Hector Luiz Martins Figueira, doutor pelo PPGD/UVA. Paulo Gabriel e Roberto Kant são ambos professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. O primeiro é fundador e coordenador do Núcleo de Estudos do Oriente Médio (NEOM) e o segundo do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC), ao qual o NEOM está também vinculado.

Como poderão apreciar, a atualidade do tema e, ao mesmo tempo, sua profundidade histórica foram estímulos para a publicação da palestra no modo textual em que foi proferida, apenas realizando pequenas edições para facilitar a leitura. Por sua vez, a temática abordada e a expertise do professor Paulo Gabriel, como ressaltado pelo professor Kant na introdução, encontram na Antropologia desenvolvida na UFF um campo propício de diálogos e trocas e um potencial aproveitamento do material transcrito tanto para pesquisadores quanto para estudantes.

**Roberto Kant de Lima** Bom dia a todos. Muito obrigado pela atenção de todos os que estão nos ouvindo. Muito obrigado ao professor Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto, que está aqui conosco para proferir uma palestra sobre as utopias despedaçadas. E também saúdo o professor Hector, recém-doutor do Programa de Pós-Graduação da Universidade Veiga de Almeida, que apresentará o professor Paulo Gabriel e conduzirá também os trabalhos. Eu fiz questão de aparecer primeiro, porque eu tenho um grande carinho pelo professor Paulo Gabriel que foi meu aluno de graduação, aluno de mestrado e que só não foi aluno de doutorado porque ele queria estudar um assunto que não era muito estudado aqui no Brasil, do ponto de vista da etnografia, da antropologia. E ele foi estudar com um grande amigo meu, que foi também meu co-orientador nos Estados Unidos, o professor Charles Lindholm, que estava na Boston University, com o maior departamento de Estudos de Antropologia do Oriente Médio na época. Então, ele teve uma formação de elite, uma formação de excelência, a qual ele honra, reproduzindo essa excelência em seus trabalhos de reconhecimento nacional e internacional. Paulo Gabriel é “o” *expert* neste assunto. Estamos muito honrados, professor, de poder recebê-lo aqui na Universidade Veiga de Almeida. É um prazer revê-lo, embora remotamente, e esperamos que no próximo encontro possamos nos abraçar e conversar, porque é sempre um prazer estar com você. Em seguida, eu passo a palavra ao professor Héctor, que fará a apresentação formal do professor Paulo Gabriel, mas eu não poderia deixar de fazer essa fala introdutória dadas as nossas relações acadêmicas e pessoais, muito intensas e de longa duração.

**Hector Luiz Martins Figueira** Obrigado, professor Kant. É sempre bom ouvi-lo. Bem, mais uma vez venho reiterar tudo o que o Kant disse, agradecer ao professor Paulo Gabriel pela disponibilidade de tempo de vir aqui hoje dividir um pouco daquilo que ele tanto estuda e sabe acerca da temática. Então, rapidamente, a gente quer comentar e apresentar o professor para vocês. O professor Paulo Gabriel possui graduação em História pela UFF e graduação em Medicina pela UFRJ, mestrado em Antropologia pela UFF e doutorado em Antropologia pela Boston University. Atualmente ele é professor associado do Departamento de Antropologia, do PPGA da Universidade Federal Fluminense. Ele realizou trabalhos de campo etnográficos sobre diferentes aspectos da religiosidade muçulmana na Síria (1999-2010); Iraque (2012-2013); Tunísia (2014); Marrocos (2003, 2014); com as comunidades muçulmanas no Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Foz do Iguaçu, Porto Alegre, Recife, 2003-2020); Paraguai (Ciudad del Este, 2005-2015; Encarnación, 2006; Asunción, 2015); e Argentina (2018, 2020). Atualmente desenvolve trabalho de campo com membros das comunidades sufis de Aleppo dispersos pelo conflito em França, Alemanha, Líbano e Jordânia. É bolsista “Cientista do

Nosso Estado”, da Faperj, desde 2018, e também é bolsista de produtividade 1 C do CNPq desde 2018. Hoje aqui, a convite do PPGD da Veiga, o professor Paulo Gabriel vai proferir a palestra “Utopias Estilhaçadas: Aventuras Imperiais, Revoluções e a Crise do Estado-nação no Oriente Médio do século XXI”. Então, é realmente uma honra poder ouvir o que o professor tem para apresentar para nós. Seja bem vindo, fique à vontade, professor. A palavra é sua.

**Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto** Muito obrigado. Agradeço enormemente o convite. É sempre uma honra e um prazer participar de qualquer evento organizado pelo prof. Roberto Kant de Lima. Afinal, uma coisa que tem que ser colocada é que eu só sou antropólogo por causa do Kant. Eu fui apresentado à Antropologia por ele na minha graduação, quando ele foi meu professor no primeiro período do curso de História. E daí para frente foi uma longa história de amizade e fascinação intelectual. O Kant é meu mestre na Antropologia, que isso fique bem claro. Então, agradeço a oportunidade de a gente estar participando de mais um evento. Realmente é um prazer e uma honra.

Quando recebi o convite, ele foi feito logo em seguida da retirada das tropas americanas do Afeganistão. Um evento que, quando você olhava para a cobertura dada na mídia brasileira, não ficava claro qual era o seu significado mais amplo. Na verdade, esse evento marcou o fim de um longo ciclo geopolítico que se iniciou com o fim da Guerra Fria e adentrou o século XXI. Esse ciclo foi marcado por três utopias, basicamente. Uma *utopia imperial*, capitaneada pelos Estados Unidos com foco no Oriente Médio. Uma *utopia democrática*, que é o que aparece nas sociedades do Oriente Médio, já no século XXI. E, por fim, *uma utopia jihadista* que também aparece no Oriente Médio. Estas três utopias estão relacionadas. Elas têm relações complexas, contraditórias e ambíguas entre si. Então, eu as considero como fruto desse momento político-cultural que marca o fim da Guerra Fria no Oriente Médio. São três projetos políticos, obviamente, mas eu os chamo de utopias porque eles têm uma dimensão simbólica messiânica clara. Todos os três se apresentam como uma dimensão redentora da história: completando a história, ajustando a história, ou apontando para uma nova era de felicidade e prosperidade.

Embora a política mundial, a política internacional, seja multissituada, o Oriente Médio tem um papel e uma dimensão central nela. Por vários motivos. Existe o motivo econômico, que é, obviamente, o petróleo. O motivo geoestratégico, já que o Oriente Médio é uma grande zona de transição entre Ásia, Europa, assim como sua proximidade com o antigo bloco soviético. E tem uma dimensão simbólica, que é ligada ao fato de no Oriente Médio estar a “Terra Santa” dos três monoteísmos, assim como a “origem” geográfica e histórica de importantes civilizações, ou seja, é um território densamente simbólico em termos religiosos e seculares.

Esse círculo começa e acaba no Afeganistão. Na verdade, existem dois inícios: A invasão americana do Afeganistão, em 2002, depois dos ataques de 11 de setembro, que já é o efeito de um outro ciclo iniciado com a invasão soviética do Afeganistão em 1979. Quando a União Soviética invadiu o Afeganistão, isso ainda no quadro da Guerra Fria, o Afeganistão tinha passado por um golpe de Estado que instaurou o governo comunista, que foi posteriormente derrubado. Assim, a União Soviética invadiu o Afeganistão para, segundo o vocabulário imperial utilizado na época, “restaurar a ordem e garantir a segurança e a prosperidade dos afegãos”. E a ideia dos soviéticos era invadir, organizar a ordem política de modo a criar um regime fantoche e retirar suas tropas. Porém, eles permaneceram dez anos presos em uma guerra interminável. Quando os soviéticos invadiram o Afeganistão, os americanos viram uma oportunidade de “criar um Vietnã” para a União Soviética, e foi efetivamente isso que aconteceu.

Então, o que era inicialmente uma resistência tribal fragilmente armada em face da invasão soviética torna-se alvo de uma estratégia visando armar, treinar e organizar uma força efetiva de confronto ao exército soviético. Estados Unidos, Arábia Saudita e Paquistão entram em uma aliança para organizar uma guerrilha religiosamente motivada. Lembrando que, embora o envolvimento americano tenha sido iniciado ainda durante a presidência de Jimmy Carter, o seu desenvolvimento se deu na presidência de Ronald Reagan, que considerava que a religião seria a melhor arma contra o comunismo. Nessa época, o Papa João Paulo II incitava a resistência ao comunismo na Polônia; nos Estados Unidos, a Moral Majority levou à entrada dos evangélicos na política. Esse foi um período de politização da religião e entrada de grupos religiosos na política.

Os americanos deram treinamento estratégico, armamento e apoio logístico. A Arábia Saudita forneceu o quadro ideológico com uma versão Salafita-Wahhabita do Islã, uma interpretação extremamente conservadora e militante do Islã. O Paquistão, que sempre considerou o Afeganistão como parte do seu espaço estratégico, forneceu o território para bases de treinamento e os contatos com a guerrilha do Afeganistão através de seu serviço secreto.

Parte dessa ideia era levar para o Afeganistão todos os militantes islâmicos que tinham lutado durante a década de 1970 contra os regimes autoritários no Oriente Médio, uma vez que eles dominavam as técnicas de guerrilha e eram religiosamente motivados. Então, os Estados Unidos convenceram seus aliados no Oriente Médio, Egito, Jordânia, Turquia, Tunísia, Emirados Árabes a libertarem os militantes islâmicos presos. Esses ex-prisioneiros políticos receberam vistos para Inglaterra, onde foram recrutados para lutar no Afeganistão. Nessa época Londres era o centro da radicalização islâmica e do recrutamento para a guerra no Afeganistão, o que gerou a expressão “Londonistão”.

Esses militantes foram para o Paquistão e, de lá, para o Afeganistão, alimentando dez anos de guerra contra os soviéticos, com todas as atrocidades que uma guerra desse tipo produz. Os soviéticos praticavam crimes de guerra de todos os tipos contra os guerrilheiros e a população civil, e os militantes islâmicos respondiam com táticas de guerrilha extremamente violentas. A União Soviética foi derrotada em 1989, e se retirou do Afeganistão. Com a derrota dos soviéticos, os americanos perderam o interesse no Afeganistão, que mergulhou numa guerra civil na qual as facções políticas que estavam lutando contra os soviéticos começaram a lutar entre si para preencher o vazio político e controlar o Estado.

A derrota foi tão custosa para a União Soviética que ela não teve como evitar o esfacelamento do bloco comunista em 1989, e ela própria entrou em colapso em 1991. Isto fez também os jihadistas entenderem que tinham derrotado um império “ateu”, o “Império do Mal”, como Ronald Reagan se referia à União Soviética. Porém, uma vez começada a guerra civil no Afeganistão, esses militantes árabes, que também não tinham interesse na política interna do Afeganistão, passaram a buscar outras causas. Eles não participaram da guerra civil afegã (1992-1996), e foram buscar outros lugares para onde eles pudessem levar sua ideologia da “jihad”<sup>1</sup>, uma militância armada islâmica que visa lutar não mais simplesmente contra um opressor local pelo controle do Estado, como propunha o Islã Político clássico, mas contra um opressor global, ou seja, contra o Império. O elemento central na ideologia jihadista é a doutrina do “inimigo distante”, criada por ‘Abdallah ‘Azzam. Segundo ela, não adiantaria lutar contra os ditadores locais, pois eles seriam meros fantoches nas mãos do real inimigo: o poder imperialista. Os ditadores seriam o “inimigo próximo” e, uma vez derrotado o “inimigo distante”, esses fantoches cairiam. É desse universo político e simbólico que saem grupos como a Al-Qaida, os quais já tinham derrotado o império soviético e se voltaram contra um outro império: o império americano. Esse novo foco vem do fato de o governo americano sustentar o regime saudita, que era o principal alvo político de Osama Bin Laden. Tudo isso vai desembocar no 11 de setembro de 2001.

Nesse período entre o fim da Guerra Fria e o 11 de setembro, surgiu uma outra utopia

---

1 O termo árabe *jihad* significa “esforço” ou “combate”, na sua definição religiosa existem dois domínios do “esforço” na causa de Deus: a “grande jihad”, que é o combate do indivíduo contra os impulsos e as pulsões que o conectam ao mundo material, de modo a orientar seu espírito a Deus e seus valores; e a “pequena jihad”, que é a luta armada em defesa da comunidade muçulmana. Historicamente, a “pequena jihad” foi mobilizada como quadro moral para justificar como “defensivas” as ações armadas contra não muçulmanos ou contra muçulmanos declarados como “apóstatas”. No século XX esse conceito de jihad foi mobilizado por grupos militantes islâmicos para dar sentido à sua luta contra processos de secularização, governos autoritários ou poderes imperiais que eram retratados como forças hostis que ameaçavam a própria existência da comunidade muçulmana. Assim, o “jihadismo” surge como um derivado militante do Islã Político no século XX.

com a ideia de que os Estados Unidos não teriam mais necessidade de ter um controle absoluto do mundo, uma vez que o mundo seria habitado por democracias. Os regimes autoritários estavam entrando em colapso, era a chamada “terceira onda” da democracia com a democratização da América Latina, do Leste asiático e do Leste europeu. Como base existia a ideia de que a democracia seria uma espécie de formação política naturalmente alinhada à concepção norte-americana da ordem internacional. Então era um momento em que se buscava um mundo multipolar, e rapidamente. Nesse período a ideia de democracia como utopia política redentora também ganhou força. Então havia as três grandes utopias emergindo nesse período, a “pax americana” capitaneada pelo fim da Guerra Fria, a democracia e o jihadismo.

Rapidamente, por conta das guerras nos Bálcãs criadas pelo esfacelamento da Iugoslávia, ficou claro que um mundo multipolar não funciona tão bem. Os Estados Unidos não só levados a intervir, mas a intervenção americana é exigida de certa maneira em vários conflitos, principalmente nos conflitos dos Bálcãs. A intervenção americana levará aos Acordos de Dayton, pondo fim à guerra na Bósnia, assim como ao fim do controle e da repressão militar sérvia em Kosovo, em 1999.

O 11 de setembro recolocará a unipolaridade americana, a ideia de que a hegemonia americana no mundo seria necessária. E essa hegemonia não seria negociada politicamente, ela seria imposta militarmente e, a partir dela, haveria uma reconfiguração do mundo dentro da ideia utópica de que o resultado do império americano é a democracia. É claro que existe uma contradição óbvia em tudo isso, que é a ideia de que a democracia teria obrigatoriamente que ser maleável aos interesses geopolíticos americanos. Essa visão messiânica foi criada já nos anos 90. Os neoconservadores americanos organizaram-se em torno da ideia de que um mundo multipolar não funcionaria, logo a hegemonia americana seria necessária. Essa hegemonia americana seria imposta pelo controle militar do Oriente Médio. Em 1997 o documento fundador do think-tank, “Project for New American Century”, foi publicado por um grupo que já se definia como neoconservador, cujos membros darão a orientação ideológica do governo de George W. Bush<sup>2</sup>. Nesse momento já se colocava a invasão do Iraque como a chave para a inauguração do “Século Americano”.

Então, quando ocorreu o 11 de setembro, e a necessidade de uma resposta militar unilateral americana se tornou premente, o projeto neoconservador foi posto em ação nesse contexto. A invasão do Afeganistão foi a primeira etapa, ela ainda era justificável em relação ao

---

<sup>2</sup> Entre eles Dick Cheney, Donald Rumsfeld, Elliot Abrams, Paula Dobrianski, Zalmay Khalilzad e Paul Wolfowitz. <https://web.archive.org/web/20130609011554/http://newamericancentury.org/>

11 de setembro, já que as bases da Al-Qaida estavam no Afeganistão. Rapidamente isso virou uma espiral de delírios geopolíticos que terminaram na invasão do Iraque. O Iraque não tinha absolutamente nenhuma relação com o 11 de setembro, mas foi colocado como a chave para a resolução do problema da radicalização no Oriente Médio. Segundo os neoconservadores, a invasão americana permitiria a democratização do Iraque, que colocaria o Oriente Médio sob a influência das potências locais aliadas aos Estados Unidos, especificamente Israel. Pensava-se que Israel seria o vetor da reconfiguração do Oriente Médio. Não seria só uma “pax americana”, mas também uma “pax israelense”. Segundo a visão dos neoconservadores, o que alimentava o confronto entre os países árabes e Israel não seria a ocupação colonial israelense da Palestina e a opressão dos palestinos em um sistema discriminatório e violento que atualmente é definido como *apartheid*, mas sim os ditadores que usavam a questão palestina como desculpa para dominar e radicalizar suas populações. O raciocínio neoconservador concluía que as populações árabes, uma vez livres dos regimes ditatoriais, naturalmente escolheriam a prosperidade resultante de uma aliança com Israel e os Estados Unidos.

Esse foi um momento de expansão máxima do império americano que, no Oriente Médio, deixou de ser uma configuração geopolítica para se tornar uma presença militar. Se antes as embaixadas americanas no Cairo ou em Amã eram centros de poder, a partir de 2003 tropas americanas ocupavam as ruas de Bagdá e militares americanos controlavam o Iraque de suas bases em antigos palácios de Saddam Hussein. A ideia do governo Bush era seguir para uma invasão da Síria e, em seguida como numa espécie de dominó, as peças geopolíticas iriam cair uma por uma, Hizbollah, Hamas e, finalmente, Irã. Assim, a partir do Oriente Médio foi colocada a nova unilateralidade americana, um novo poder imperial posto no interior da ideia da guerra ao terror. O mundo multilateral ou multipolar desapareceu, *you're with us or against us*, como dizia George W. Bush, ou seja, ou você aceitava as imposições americanas, ou você seria um possível alvo da intervenção americana. E a guerra contra o terror teve um efeito muito importante, que foi a erosão total da ideia de direitos humanos e de direitos civis.

O primeiro passo foi o *patriot act* nos Estados Unidos, que permitia a suspensão de direitos civis nos Estados Unidos em nome da segurança nacional. Criou-se uma figura fictícia chamada de *inimigo combatente* que servia para contornar a Convenção de Genebra em relação ao tratamento de prisioneiros de guerra. Os Estados Unidos inventaram isso, dizendo que os prisioneiros feitos no Afeganistão não eram prisioneiros de guerra, mas sim inimigos combatentes. Logo, “guerra contra o terror” não era uma guerra em termos políticos e jurídicos, mas era uma guerra em termos morais e materiais. Assim começou um jogo orwelliano de palavras em que guerra é paz e paz é guerra, logo, a guerra é interminável para que a paz seja eterna.



Isto foi aceito sem maiores questionamentos no discurso público internacional. O terror e seu “agente”, o terrorista, foram apresentados como uma novidade excepcional da história, embora o terrorismo tenha estado presente no mundo moderno desde o século XIX, pelo menos. Colocou-se o terrorismo como um problema emergencial, que tinha que ser resolvido com medidas emergenciais. Assim, direitos civis puderam ser suspensos, pois se solucionaria o problema, se acabaria com o terrorismo. Só que obviamente isso gerou novos terrorismos.

Todos os governos, todos os Estados acham o discurso político da “Guerra contra o Terror” extremamente útil e conveniente, porque isso permite que o poder estatal não tenha limites. Uma coisa que também está muito bem analisada é como você cria dentro dos Estados Unidos uma cultura de segredo jurídico, uma cultura da tolerância à tortura, da prisão sem acusação formal. Guantánamo é o exemplo máximo disso, mas houve também repercussões dentro da sociedade americana, o que é evidente hoje com todo o movimento contrário à violência policial e à arbitrariedade jurídica nos Estados Unidos. Não que isso não existisse antes, mas ganha densidade a partir da ideia da guerra contra o terror e a partir da ideia de que as forças de controle da sociedade não devem ter nenhum limite. No contexto da guerra contra o terror, “amabilidades”, como direitos humanos, eram vistas como obstáculos supérfluos à solução do problema. Na prisão de Guantánamo existem pessoas detidas há dezenove anos sem acusação formal e muitas delas nunca terão acusação alguma e morrerão detidas porque, na verdade, chegou-se à conclusão de que são inocentes, mas você não pode inocentá-las, porque seria assumir que todo o processo foi arbitrário, ilegal e ilegítimo.

O próprio aparato estatal norte-americano – e isto acontece em vários países no mundo todo – entra numa espiral de ilegalidade própria que gera cada vez mais segredo ou mais acusações em base arbitrária, ou seja, o arbitrário político aumenta. Então, essa expansão imperial americana também acontece com uma erosão de tudo o que tinha sido ganho a partir da Guerra do Vietnã. A derrota no Vietnã levou, de certa maneira, a uma renegociação política dentro dos Estados Unidos, ao fortalecimento dos direitos civis e da sociedade civil. Essa expansão imperial vai fazer todo o contrário, ela vai erodir os direitos, vai fazer com que os *lobbies* internos ganhem mais força, obviamente, do que as populações. O símbolo dessa erosão dos direitos políticos eram os enormes protestos no mundo inteiro contra a invasão do Iraque e os governos democraticamente eleitos ignorando a opinião de suas populações e participando da aventura militar americana no Iraque.

A invasão do Iraque foi rápida e simples, dada a superioridade militar da coalizão anglo-americana, mas a ocupação evoluiu para um caótico desastre político, militar e social. Tanto no Iraque como no Afeganistão, os Estados Unidos e seus aliados tentariam construir um Estado

formalmente democrático. No caso do Afeganistão, usou-se mesmo uma perspectiva “etnográfica” utilizando “tradições locais”. As forças de ocupação incentivaram a formação de *Loya Jirga*, assembleias tribais, como instâncias locais de resolução de conflito e decisão política. De assembleias tribais aos trajes tradicionais utilizados pelo primeiro presidente afegão pós-talibã, Hamid Karzai (2001-2014), a “cultura” foi mobilizada em um espetáculo político destinado a apresentar a invasão americana como a liberação do “verdadeiro” Afeganistão.

No entanto, existia uma contradição básica nessas utopias imperiais: as novas “democracias” no Iraque e no Afeganistão também eram para os americanos um espaço de operações militares a partir de seus interesses. Se, por um lado, propunha-se que as populações decidissem seu destino com liberdade e autonomia, por outro lado, continuava a se bombardear aleatoriamente o território, e as forças americanas ou mercenários a serviço delas continuavam a matar, sequestrar e torturar pessoas. A base de Bagram, no Afeganistão, e a prisão de Abu Ghraib, no Iraque, são símbolos vergonhosos dessa época. Nelas, prisioneiros eram torturados barbaramente por militares e serviços de segurança americanos com assessoria de médicos e psicólogos americanos e israelenses. Obviamente, isso gerou enorme ressentimento na população, que apoiava cada vez mais a resistência contra as forças de ocupação. As lutas entre os diferentes grupos armados mergulharam tanto o Iraque quanto o Afeganistão em guerras civis.

A guerra civil iraquiana foi muito mais intensa e violenta. Embora o Iraque, ou partes dele, esteja em situação de guerra civil de 2003 até hoje, houve momentos de maior intensidade, como a guerra sectária entre grupos sunitas e xiitas de 2006 a 2008 e o período de 2011 a 2017, marcado pelo colapso do Estado iraquiano diante do grupo jihadista Estado Islâmico. O resultado dessa guerra civil foi um crescimento da utopia jihadista no momento da expansão máxima do império americano. O jihadismo está ligado ao combate ao império. Se o império se faz concretamente presente fisicamente, como no Iraque, obviamente o recrutamento do jihadismo torna-se muito mais eficaz.

Porém, a partir de 2005, começou um processo de retração gradual do império americano. Da mesma maneira que os soviéticos não conseguiram controlar o Afeganistão, os americanos fracassaram lá e no Iraque. Esse processo começou com o fechamento das bases americanas na Arábia Saudita em 2005<sup>3</sup>, o que ironicamente era uma reivindicação de Osama Bin Laden. A partir de 2007 as tropas americanas passaram a se retirar do Iraque em um longo processo que foi intensificando após 2009. Porém, o processo de retração militar do império americano foi dificultado pela própria falência do projeto político-imperial. A ordem política criada no Afega-

---

3 O aparato militar foi transferido para as bases americanas no Iraque.

nistão e no Iraque não conseguiu se sustentar sem a presença das tropas americanas. Isto gerou ciclos de retirada de tropas, volta das mesmas, nova retirada e novas invasões, que se retroalimentaram tanto no Iraque quanto no Afeganistão. Apesar das oscilações no processo, quando o império americano começou a se retrair, paralelamente, o jihadismo começou a declinar, porque sem a presença do império a lógica utópica do jihadismo perde seu sentido concreto.

No final de 2010, nos Estados que não sofreram intervenção norte-americana direta desencadearam-se processos políticos que iriam gerar a terceira utopia das revoluções árabes, a chamada Primavera Árabe. Embora pouca gente ligue esse momento revolucionário à intervenção norte-americana no Iraque, acredito que exista um efeito inesperado desta que favorece um pouco o movimento democrático, que foi, digamos assim, a humilhação final do Estado autoritário. Porque uma das coisas que o nacionalismo autoritário árabe colocava é que ele era um grande defensor da nação contra a agressão imperial. Os Estados autoritários justificavam a sua violência, o seu comportamento arbitrário evocando uma situação permanente de guerra, real ou imaginária, contra os inimigos da soberania nacional. No entanto, Saddam Hussein, que comandava o regime mais estruturado e com o maior exército na região, não conseguiu montar uma resistência real diante da invasão norte-americana. O colapso militar do Iraque retirou do Estado autoritário a sua aura de invencibilidade e isto iria de certa maneira fortalecer a sociedade civil e os setores dessas sociedades que já lutavam contra o autoritarismo há décadas. As revoluções árabes não saíram do nada, elas saíram de uma longa história de resistência, sendo um movimento equivalente ao colapso da “Cortina de Ferro”, na Europa. Surgiram mobilizações civis pedindo liberdade, justiça e dignidade diante da brutalidade e da arbitrariedade do Estado.

Essa onda de mobilizações levou à queda das ditaduras na Tunísia e no Egito nos primeiros meses de 2011. Porém, nos outros países o processo foi bem mais complexo. Na Líbia, o ditador não caiu com os protestos, e a iminente repressão militar contra os manifestantes em Benghazi serviu de motivo para uma intervenção militar da Othan que levou ao fim o regime de Muamar al-Qadafi. Na Síria, a ditadura também não caiu e o processo revolucionário foi militarizado, mergulhando o país em uma longa e violenta guerra civil que perdura até os dias atuais. No Iémen, a ditadura caiu, porém o novo governo não conseguiu resolver as contradições internas da sociedade e o país também mergulhou em uma guerra civil envolvendo potências regionais, como a Arábia Saudita.

No início de 2011 tudo fazia crer que, finalmente, a “terceira onda” de democratização estaria chegando no mundo árabe. Um ator fundamental nesse momento era a Turquia, que tinha já se democratizado de maneira razoável no decorrer dos anos 90 e tinha no governo um partido islâmico, o AKP, que tinha avançado enormemente na questão dos direitos culturais e

sociais. O governo do AKP tinha grande interesse na democratização do Oriente Médio, porque eleições livres favoreceriam outros partidos islâmicos a chegar ao poder na região, facilitando a política regional da Turquia, visando reestabelecer laços com os países árabes. Os partidos islâmicos eram os partidos independentes que eram mais bem organizados nos países árabes, na verdade, eram os únicos realmente organizados, e tinham lutado contra as ditaduras durante décadas. Além disso, eles tinham uma longa história de serviços sociais e mobilizavam uma linguagem cultural acessível à boa parte da sociedade, fatores que revertiam em votos nas eleições.

Em 2011 tudo apontava para uma democratização do mundo árabe e a ascensão da Turquia como a grande potência regional que conectaria esse mundo árabe democratizado e os partidos islâmicos que participassem do jogo democrático com a Europa. Isto porque o governo do AKP havia avançado muito a relação da Turquia com a União Europeia. Porém, ainda em 2011, alguns países desagregaram-se em guerras civis. Em 2013, no Egito, um golpe militar levou à restauração da ditadura. O único país em que efetivamente a revolução árabe gerou um processo de democratização mais duradouro foi a Tunísia, porém, em 2021, houve um enorme retrocesso com o presidente democraticamente eleito fechando o Congresso e atribuindo a si próprio poderes excepcionais, retrocedendo a uma ordem autoritária.

Assim, 2011 foi o momento da utopia de um novo Oriente Médio democrático com a mobilização política do Islã dentro de regras democráticas, mas que em pouco tempo colapsou. Esse colapso também foi o colapso do Estado na Síria e no Iraque. Na Síria, a repressão do regime contra o processo revolucionário levou o país à guerra civil. A “Segunda República” iraquiana, construída depois da invasão americana de 2003, entrou em colapso em 2013, também na sequência da repressão a protestos e manifestações inspirados na “Primavera Árabe” que ocorriam nas regiões de maioria sunita no centro do país. Desse colapso ressurgiu a utopia jihadista, agora liderada pelo Daesh/ Isis/Estado Islâmico<sup>4</sup>, que vai oferecer uma combinação original de referências islâmicas clássicas, nacionalistas e anti-imperiais para a ordem política da região. Para o Estado Islâmico, a ordem política deveria retomar as referências míticas do primeiro califado islâmico em Medina e ser reconstruída fora do quadro dos Estados-nação moldados na história europeia. Do jihadismo tradicional, o Estado Islâmico retém a ideia de confronto ao império americano e à Europa, mas diverge dele por propor construir uma ordem política estatal dotada de uma dimensão utópica, coisa que nenhum grupo jihadista tinha feito

---

4 Acrônimos de *Dawla al-Islamiyya fi al-‘Iraq wa al-Sham*, em árabe, *Islamic State in Iraq and Syria*, em inglês. Por razões de praticidade e compreensão, o grupo será referido pela versão abreviada de seu nome em português: Estado Islâmico.

anteriormente. A utopia jihadista clássica apontava para um futuro messiânico, o Estado Islâmico inovou trazendo-a para o presente.

A utopia do Estado Islâmico apresentava contornos messiânicos claros, com constantes referências ao apocalipse e à restauração do califado original do Profeta. O próprio nome da sua publicação on-line, Dabiq, reforçava essas referências simbólicas. Dabiq é uma aldeia na Síria onde, segundo os textos escatológicos islâmicos, terá lugar o confronto das forças do bem contra o Anticristo, o Dajal, no Juízo Final. Essa aura messiânica e redentora teve uma forte atração de recrutamento para jovens marginalizados na Europa, na Ásia e na África, gerando um fluxo de combatentes para o Iraque e, depois, para a Síria, uma vez que o Estado Islâmico se aproveitou do colapso do Estado sírio para controlar um território enorme que unia partes do Iraque e da Síria. O Estado Islâmico apresentou isso como o fim da ordem política criada na Primeira Guerra Mundial, que foi a ordem política criada a partir do colonialismo europeu. Um dos atos simbólicos que visavam demonstrar “o fim do acordo *Sykes-Picot*”<sup>5</sup> foi a destruição da fronteira entre Iraque e Síria com um *bulldozer*, ato que foi filmado e postado em vídeo em diversas mídias digitais.

No entanto, essa utopia rapidamente se mostrou uma distopia para as populações locais que, embora inicialmente aceitassem a ordem política e religiosa do Estado Islâmico como uma solução para o caos em que estavam vivendo em meio a guerras civis e a brutal violência estatal, entraram em confronto com as visões sobre a religião e a sociedade impostas pelo Estado Islâmico. Os movimentos de resistência foram brutalmente reprimidos pelo Estado Islâmico. Este mobilizava uma violência espetacularizada, que ele produzia para o consumo da mídia ocidental, mas também produzia uma violência cotidiana para reprimir as populações sob seu controle, o que incluía execuções públicas com enforcamentos e crucificações. E essa utopia/distopia também colapsou ao entrar em confronto aberto com a ordem geopolítica internacional, tanto americana quanto europeia, sendo militarmente destruída entre 2016 e 2019.

O resultado claro desse longo ciclo de utopias geopolíticas é o colapso ou a degradação dos Estados-nação do Oriente Médio. Outra consequência é que a retração do império americano fez com que os aliados dos Estados Unidos se tornassem cada vez mais autônomos e sem limites para seus projetos específicos. Principalmente Israel e a Arábia Saudita, que começaram a atuar de maneira absolutamente unilateral, sem efetivamente consultar os Estados Unidos. Este fato complicou o jogo geopolítico, pois não está claro se são os Estados Unidos que colocam a

---

5 O Acordo Sykes-Picot foi assinado pela Inglaterra e a França em 1916 visando à partilha dos territórios do Império Otomano em zonas de controle e influência inglesas e francesas após a Primeira Guerra Mundial.

sua vontade geopolítica através de seus aliados, ou se são seus aliados que determinam o que os Estados Unidos vão conseguir na região. Mesmo nos Estados que permaneceram estruturados nesse período existiu uma degradação da ordem política. No caso da Arábia Saudita, houve o recrudescimento de um Estado autoritário policial.

No caso de Israel, houve a consolidação de um regime de *apartheid*, minando um dos pilares da política israelense, que consistia em manter a estrutura formal de uma democracia liberal ao mesmo tempo em que desenvolvia um projeto colonial centrado na submissão, na perseguição, no confinamento e despossessão das populações palestinas sob seu controle. A ficção liberal foi abandonada em prol de um regime de *apartheid* aberto, com leis discriminatórias contra os palestinos. Os palestinos – mesmo os que têm cidadania israelense – são explicitamente excluídos de vários direitos que são reservados exclusivamente aos cidadãos judeus de Israel. Essa emergência de uma ordem política de *apartheid* em Israel também é parte desse processo de colapso e degradação do Estado-nação no Oriente Médio.

Basicamente, o que define esse período é a tentativa de concretização política de três ordens utópicas, que traziam em si contradições profundas. Esse processo acontece dentro de um ciclo de expansão e retração imperial americana, que foi finalizada com a retirada das tropas do Afeganistão em 2021. Isto não significa que os americanos não mais intervirão militarmente em outros países, mas existe um novo isolacionismo que já foi inaugurado no governo Trump. Mesmo que Biden seja a favor de uma política mais intervencionista, isto não terá mais a mesma força militar que teve no governo Bush. Os efeitos desse período na sociedade americana foram explicitados pela era Trump. O colapso do consenso social, cultural e político dentro dos Estados Unidos tem uma relação direta com o arbitrário e o grau de autoritarismo que foi configurado na época da Guerra contra o Terror.

Agora as atenções da geopolítica americana voltaram-se para a construção de uma nova “Guerra Fria”, visando à contenção da China, que era o que George W. Bush estava tentando produzir antes do 11 de setembro. O 11 de setembro foi um momento em que a ideia de que a manutenção da supremacia americana se daria de maneira um pouco mais difusa foi substituída pela ideia de intervenção militar. Essa intervenção “imperial” vai desencadear toda uma série de processos sobre os quais eu falei, sendo que todos terminam, de certa forma, frustrados. Apesar disso, o Oriente Médio continua sendo uma arena forte na geopolítica internacional, sendo o local de disputa entre o império americano, agora realmente sem a força que tinha, e uma China cada vez mais assertiva de seu poder. A China já está presente na construção de uma nova capital no Egito. Esse projeto é interessante por revelar qual “utopia” emerge da presença chinesa: uma ordem política futurista com arranha-céus e alta tecnologia, ou seja, prosperidade

econômica, mas sem liberdade política. A prosperidade econômica é expressa pela construção de uma sociedade de consumo inscrita tanto nos bens materiais quanto no espaço urbano. Arranha-céus brilhantes, autoestradas e dispositivos de inteligência artificial combinados para a produção de espaços onde a população possa circular e consumir dentro dos limites impostos pelo poder político. Nesse novo ciclo iniciado no Oriente Médio, as utopias futuristas parecem prometer futuros distópicos.

**Hector Luiz Martins Figueira** Muito obrigado, professor, pela sua fala, pela sua colocação tão clara e objetiva sobre o tema. Tenho certeza de que nossos alunos e ouvintes, que vão participar do nosso evento que começa hoje, estão bastante satisfeitos de poder ouvi-lo. Em nome da Universidade Veiga de Almeida, do PPGD, do NUPIAC, eu só posso aqui fazer os sinceros agradecimentos por tudo que você colocou. O professor Roberto Kant tem uma pergunta para o professor Paulo Gabriel.

**Roberto Kant de Lima** Obrigado Paulo, como sempre você arrasa. O seu entendimento das relações internacionais articula uma compreensão global e mundial dessas políticas que é certamente incomparável. Eu teria uma provocação para você, que é a seguinte: desde o início do atual governo no Brasil, existem duas questões que são levantadas: uma é a explicitação da relação entre os evangélicos e o poder de uma maneira mais forte. Não que ela não tenha existido antes, e não que a Igreja Católica também não tenha esse projeto de poder, mas apenas para poder situar essa novidade, vamos dizer assim; e com isso também uma aproximação com o governo Trump, que foi explícita, e igualmente utópica, como mostra o projeto de trocar a representação diplomática brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém. Tudo isso acompanhado de radicalismo, conservadorismo e de intolerância em relação à diferença e aos chamados direitos civis. Então, eu queria que você fizesse uma articulação entre o que está acontecendo aqui e todo esse quadro internacional a que você se referiu, se for possível. Parabéns, mais uma vez, pela sua intervenção que nos honra muito.

**Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto** Obrigado, Kant! A relação do atual governo com Israel é uma questão muito interessante. Todo mundo que já viu um evento evangélico sabe que provavelmente tem pelos menos uma bandeira de Israel, a qual também é exibida em diversas Igrejas Evangélicas. A bandeira remete ao Israel mítico dos evangélicos, o Israel bíblico. Porém, o Israel “real”, o Estado de Israel, utiliza-se dessa conexão simbólica e busca ganhos políticos com isso. Ao contrário do que muitos analistas dizem, não é só uma questão mítica e simbólica

desconectada do Oriente Médio contemporâneo, é também uma questão política intimamente ligada à política externa israelense. Existe um outro Israel que costuma ser ignorado pelas análises sobre o tema, que é o Israel dos militares e das polícias brasileiras. Existem diversos programas de treinamento de policiais e militares brasileiros em Israel, os quais vêm de governos anteriores, inclusive os do PT. Para os militares, as polícias e os serviços de informação brasileiros, Israel tem a aura de uma “terra prometida”, pois é um Estado especializado no controle de populações. Israel, até pouco tempo, mantinha a ficção de uma democracia, ao mesmo tempo em que era um centro produtor de tecnologias de controle repressivo. Não estou falando de um controle disciplinar, mas sim a repressão e a vigilância pura e simples, visando à contenção espacial de populações. Isto é algo absolutamente fascinante para as polícias, os serviços de informação e os militares brasileiros. Então, Israel é um símbolo multivocal na atual ordem política brasileira, não tendo apenas um problema religioso, mas também político e securitário. É importante ressaltar que não é só um pilar do atual governo, existe uma longa relação entre Israel e as forças de controle, vigilância e repressão no Brasil.

Assim, embora a política externa brasileira para o Oriente Médio seja altamente atrelada aos interesses israelenses, e Israel seja um dos poucos países a cortejar o governo Bolsonaro na arena internacional<sup>6</sup>, essa aliança sofre limitações estruturais. A embaixada de Israel tem acesso direto ao Bolsonaro, coisa que nem no governo Trump existia. Porém, quando o governo Bolsonaro anunciou seus planos de transferir a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, alguns países muçulmanos ameaçaram boicotar as exportações brasileiras de carne e alimentos *halal*<sup>7</sup>. O Brasil é o terceiro maior exportador de produtos *halal* do mundo, logo, as exportações para os países muçulmanos têm um enorme peso na economia. Assim, ao contrário dos Estados Unidos, no caso do Brasil, a transferência da embaixada para Jerusalém vai ficar na retórica mesmo. Por outro lado, as relações com Israel foram estreitadas nesse governo, e acredito que, além da dimensão religiosa, é importante olhar para a dimensão securitária dessas relações. Concluindo, como Israel é um símbolo multivocal do presente governo, ele permite observar os seus diferentes pilares: conservadorismo religioso; alianças geopolíticas desiguais; militarismo e controle repressivo de populações “indesejadas”.

**Hector Luiz Martins Figueira** Muito obrigado, Kant, pela provocação. Muito obrigado, pro-

---

<sup>6</sup> Israel tem uma longa tradição de alianças com Estados “párias”, como a África do Sul do *apartheid*, já que esses rendem dividendos políticos e econômicos devido à sua posição de dependência.

<sup>7</sup> *Halal* quer dizer “permitido” em árabe e, neste contexto, refere-se à carne de animais abatidos segundo o ritual de abate islâmico, ou alimentos preparados segundo as regras alimentares islâmicas.



fessor, pela resposta. Pessoal, acho que se não houver nenhuma outra pergunta, eu vou decretar o encerramento dessa palestra de abertura do professor Paulo Gabriel. Agradecer mais uma vez, então, por essa presença aqui. A gente fica lisonjeado de poder ter acesso a algo que não é tão disseminado nos programas de pós-graduação em Direito, então eu acho que a diferença do PPGD e desse núcleo comandado pelo professor Kant e pela professora Maria Stella é exatamente este, é fazer essa interdisciplinaridade, em especial com a Antropologia e com a Sociologia, e nos permitir o acesso a esses debates. Que sejam debates para além do Direito e que tragam essas questões políticas, geopolíticas, religiosas, enfim, questões que envolvem fortes relações de poder e que estão bastante coordenadas com o mundo do Direito, mas que são esquecidas ao longo da nossa formação. Então, realmente, para a gente é muito bom ouvir isso. Professor Paulo, muito obrigado. Foi um prazer enorme.

*Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto*

Professor associado do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Coordenador do Núcleo de Estudos do Oriente Médio. Doutor em Antropologia pela Boston University. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0071-2510>. Colaboração: Palestrante, Transcrição e Revisão da palestra. E-mail: philu99@gmail.com